



MINUTA DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE SECRETARIADO ADMINISTRATIVO PARA A DELEGAÇÃO DE VILA REAL DA ORDEM DOS MÉDICOS — SECÇÃO REGIONAL DO NORTE, PELO VALOR DE 4.446,00€ (QUATRO MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS EUROS) ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR

Aos 2 dias do mês de maio do ano 2024, no Porto, no Edifício da Ordem dos Médicos – Secção Regional do Norte, é celebrado o presente contrato: ----Entre a ORDEM DOS MÉDICOS - REGIÃO NORTE, pessoa coletiva 500984492, com sede na Rua Delfim Maia, 405, 4200-256 representada neste ato por I , na qualidade de Vice-Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais, e JOSÉ LUÍS DIAS ALVES RIBEIRO, contribuinte número residente em é celebrado de boa-fé e reciprocamente aceite o presente contrato de que se rege pelas cláusulas seguintes: --PRIMEIRA: Por deliberação do Conselho Regional do Norte de 15 de abril de 2024, e na sequência de Ajuste Direto, nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, é adjudicado a JOSÉ LUÍS DIAS ALVES RIBEIRO, o contrato de SERVIÇOS DE SECRETARIADO ADMINISTRATIVO PARA A DELEGAÇÃO DE VILA REAL DA ORDEM DOS MÉDICOS - SECÇÃO REGIONAL DO NORTE, na modalidade de avença, pelo valor global de 4.446,00€ (quatro mil e quatrocentos e quarenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no procedimento pré-contratual respetivo, que se consideram integrados no presente contrato-----SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na contratação da prestação de serviços de secretariado administrativo para apoio aos órgãos da Delegação de Vila Real da Ordem dos Médicos - Secção Regional do Norte. -----TERCEIRA: A prestação de serviços tem a duração de 12 (doze) meses, com início no dia 01 de maio de 2024 e termo no dia 30 de abril de 2025. -----QUARTA: Os serviços de secretariado, a prestar às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, das 16H00 às 19H00, incluem a prática de todos os atos necessários ao atendimento de médicos, apoio administrativo e de secretariado aos órgãos da Direção, em articulação com os serviços económico-financeiros da Secção Regional do Norte. -





QUINTA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a cocontratante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem; -----O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela cocontratante. -----SEXTA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando: ----a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros. ------Nos casos previstos na alínea anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à cocontratante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar. -----A resolução do contrato nos termos indicados não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.ºex vi artigo 451.º, ambos do Código dos Contratos Públicos. -----SÉTIMA: Não podem ocorrer adiantamentos. -----O pagamento do preço global do contrato, será feito em pagamentos parciais mensais, conforme o previsto na cláusula sexta do caderno de encargos. -----As quantias devidas pela cocontratante devem ser pagas no prazo de 8 (oito) dias após o envio, pelo prestador de serviços, da respetiva fatura/recibo à entidade, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----OITAVA: O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à cocontratante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato. -----NONA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro. -----DÉCIMA: De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor designado com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato é a Exma. Senhora



P'L PRIMEIRO-OUTORGANTE

(yy

O SEGUNDO OUTORGANTE